



Poços de Caldas

3º Congresso Nacional de Educação

CURRÍCULO DE LIBRAS NA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DOS IF DO SUDESTE BRASILEIRO

Francielly Ap do Nascimento Fidelis¹

Welisson Michael Silva²

Eixo temático: Currículo, metodologias e praticas de ensino educação e diversidade.

Resumo

Este trabalho trata-se de um resultado preliminar de pesquisa para o TCC do curso de Licenciatura em matemática do IFSULDEMINAS Campus Passos, sendo uma análise dos PPC's dos cursos de Matemática dos IFs do sudeste do Brasil, nos ementários da disciplina de LIBRAS. Será apresentada uma visão currículo inventivaafim de que os alunos surdos sejam colocados como transformadores do seu próprio conhecimento.

Palavras-chave: currículo inventivo, inclusão, LIBRAS, matemática, IF.

Introdução:

No Brasil, cerca de 3,2% da população tem algum tipo de deficiência auditiva, seja completa ou parcial. A população surda adquiriu a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais – como sua língua materna sua primeira língua. A aquisição da LIBRAS para a comunidade surda permite que se expressem e se desenvolvam mecanismos de aprendizagem e sociabilidade.

Antes do decreto 5626 de 2005, LIBRAS não era uma disciplina obrigatória nas licenciaturas. Este decreto permitiu que os futuros professores conhecesse a língua, a cultura e a historia da comunidade surda. O aluno surdo tem como direito constitucional um profissional interprete de LIBRAS. Pode-se pensar que ter o interprete em sala de aula substitui a importância do professor para aquele aluno. Mas quando pensamos assim, excluimos toda interação professor-aluno e é preciso levar em consideração que, na maioria das vezes, os interpretes não possuem formação acadêmica para asdiversas disciplinas a qual interpretam. O professor regente, não deve ignorar a sua importância para o aluno surdo, precisa buscar conhecimento de metodologias de ensino que alcancem o aluno surdo em sua especificidade, com isto Dorziat diz:

Precisamos, também, entender que, embora o intérprete tenha representado uma aceitação da Língua de Sinais, enquanto principal

¹Licenciando em Matemática IFSULDEMINAS - Campus Passos - fran.nascimentof@gmail.com

²Professor de Pedagogia e LIBRAS do IFSULDEMINAS Campus Passos - welisson.silva@ifsuldeminas.edu.br

língua de instrução dos surdos, sua presença não pode ser entendida como um substituto do professor, uma vez que entendemos a premência da interação professor-aluno, para que seja desenvolvida uma prática pedagógica crítica, participativa e criativa. (DORZIAT,2007 p.12).

O currículo enquanto mecanismo de política educacional surge para formalizar um documento presente em toda instituição escolar. Este documento visa determinar e descrever as atividades, produções, documentos e interações existentes no ambiente escolar.

Muitos estudos foram feitos acerca do currículo escolar, com isto foi possível construir conceitos que apresentam vários tipos, objetivos, e seguimento, partimos de alguns destes, levando em conta o que ocorre no cotidiano escolar. A teoria de currículo oficial é a proposta curricular do estado, das secretarias e dos livros didáticos, outro, teoria de currículo formal que são todas as atividades e conteúdos planejados pelos professores e pela escola formalizados em diários, atas, projetos, planos pedagógicos, o currículo em ação ou real é aquele que descreve todos os tipos de aprendizagem que ocorrem no ambiente escolar e que muitas vezes não são programados, enquanto o currículo oculto é tudo aquilo que está implícito nas atividades escolares, se espera, mas não se descreve. A principal teoria utilizada nesse trabalho é a teoria do currículo inventivo ele é o que abrange todas as teorias, um currículo que se forma no dia a dia, se modifica e alcança todas as pessoas e suas necessidades, um currículo que não se engessa, não se enrijece, currículo fluido, moldável, transformado, momento e em movimento. Currículo este que alimenta e entende as características de um currículo multiculturalista, neste tipo de currículo se entende que nenhuma teoria é desinteressada, pois tudo é um ato político.

Nos últimos anos tem-se falado muito sobre inclusão de pessoas com diversidade funcional. No entanto há um pensamento errôneo de que inclusão seja simplesmente colocar o aluno em escolas comuns, sem dar o mínimo de condição para que ele seja participante, construtor ativo do seu conhecimento e possa interagir com o meio, transformando-o, sociabilizando.

Não é difícil encontrarmos alunos com diversidade funcional no canto da sala com seus professores de apoio ou interpretes, mas sem nenhuma participação ativa. Este cotidiano baseia-se em integração. A inclusão deve ir além da interação social. O aluno deve ter participação na construção do seu conhecimento.

Metodologia:

Este trabalho foi preparado a partir de análises de PPC – Projeto Pedagógico de Curso – de Institutos Federais da região Sudeste do Brasil, estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Após pesquisarmos nestes 4 estados encontramos 29 IF com o curso de Licenciatura em matemática. No estado de Minas Gerais: temos os campus de Formiga, São João Evangelista, Inconfidentes, Passos, Pouso Alegre, Rio Pomba, Santos Dumont, Januária, Salinas e Paracatu. No estado de São Paulo os Campus de Araraquara, Birigui, Bragança Paulista, Campus do Jordão, Caraguatatuba, Cubatão, Guarulhos, Hortolândia, Itapetininga, Itaquaquecetuba, Salto, São José dos Campos e São Paulo. Enquanto no estado do Rio de Janeiro temos licenciatura em matemática nos campus de Nilópolis, Paracambi, Volta redonda e no IF Fluminense campus centro. No Espírito Santo os campus de Cachoeiro Itapemirim e Vitória.

A análise destes PPC foi feita separando em 4 categorias principais: cultura; linguística; tradução e interpretação; e metodologias de ensino. Muitos destes 29 PPC se encaixavam em mais de uma das categorias pré-definidas. Na categoria de cultura abrange também história da comunidade surda, eventos e datas marcantes, enquanto na linguística verificamos os temas de morfologia, sintaxe e outros aspectos que formam a LIBRAS como língua. Na categoria de tradução e interpretação são os itens voltados para intérpretes e tradutores como sinais específicos. Em metodologias de ensino caracterizamos estudo de metodologias para alunos surdos.

Resultados:

Após uma análise detalhada de cada PPC podemos constatar que mais de 75% deles se encaixam no item cultura, porém mais de 65% possui itens de linguística, aproximadamente 27% com itens de tradução e interpretação e somente 10, dos 29 PPC, possuem metodologias de ensino.

Como já citado anteriormente, os alunos surdos tem por direito, intérprete de LIBRAS em sala. Por ter este profissional, o professor de matemática não precisa ser fluente em LIBRAS para que a aula dele alcance estes alunos, não queremos com isso excluir a necessidade de interação entre professor-aluno.

Os alunos surdos tem um campo de visão com maior amplitude, então é de grande importância trabalhar com figuras, imagens, desenhos, significando conceitualmente o apresentado.

O maior desafio da matemática para alunos surdos é a transição da língua materna para a linguagem matemática, transição essa que requer do professor habilidade metodológica para auxiliar os alunos surdos e não surdos, logo faz-se essencial ter no currículo dos futuros professores conteúdos que abarce metodologias de ensino para alunos surdos, processo de aprendizado e cultura surda. Grande maioria dos PPC's analisados neste trabalho apresentaram itens de cultura ou história, porém alguns os apresentam com superficialidade.

Considerações finais

Entendendo a importância de um currículo que vise conhecer a comunidade surda, sua cultura e aprender metodologias de ensino, propomos que os currículos que tem como ementário tradução, interpretação e linguística reavaliem os PPC e incluam cultura e as metodologias de ensino com maior ênfase, para que assim os futuros professores de matemática que estão em formação, tenham uma visão diferente para a inclusão, entendendo principalmente a diferença entre inclusão e integração, podendo assim respeitar e atender as necessidades do aluno surdo, construindo um ambiente de sociabilidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 13 de março de 2019.

DOZIART, A.; LIMA, N. M. F.; ARAÚJO, J. R. A inclusão de surdos na perspectiva dos estudos culturais. Informativo Técnico Científico Espaço, INES. Rio de Janeiro, n 28, p.14-27, jul/dez. 2007